



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Jaciara

LEI Nº 1.015/05 - DE, 21 DE DEZEMBRO DE 2.005.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2.006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, MAX JOEL RUSSI, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal combinado com o Art. 112, § 2º da Lei Orgânica do Município, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal, nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2.006.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Artigo 2º - As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2006 serão especificadas no plano Plurianual relativo ao período 2.006-2.009, e devem observar as seguintes estratégias:

- I - consolidar a instalação do município com crescimento auto sustentado;
- II - promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda
- III - observar fonte, viabilizar a elaboração do Plano Diretor do Município.
- IV - implementar políticas de inclusão social.
- V - criar espaços para participação popular.
- VI - desenvolver modelo de gestão pública eficiente e democrática.

§ 1º - As metas e as prioridades do anexo a que se refere o 'caput', é parte integrante desta Lei e ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2.006.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Jaciara

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas.

Artigo 3º - Na elaboração do orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade, num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio do Orçamento Participativo.

CAPÍTULO III

DA INSTITUIÇÃO, DA PREVISÃO, E DA EFETIVAÇÃO DA RECEITA

Artigo 4º. A instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de tributos da competência constitucional do Município (ISS, IPTU, ITBI e Contribuição de Melhoria), são requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.

§ 1º - Constituem receitas do Município as provenientes de:

- I - tributos de sua competência;
- II - atividades econômicas que, por conveniência vier a executar;
- III - transferências instituídas por força de dispositivos constitucionais ou de convênios firmados;
- IV - empréstimos e financiamentos, com vencimento fora do exercício e vinculados a obras e serviços públicos;

§ 2º - O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária que objetivem alterar a legislação vigente, com vistas a seu aperfeiçoamento, adequação aos mandamentos constitucionais e ajustamento às leis complementares federais, resoluções do Senado Federal ou decisões judiciais.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Artigo 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, cumprindo o prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos, fundos municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal compor-se-á de:

- I - mensagem de Lei;
- II - texto da Lei;
- III - anexo I - Estimativa da Receita Total por Categoria Econômica Consolidado;



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Jaciara

- IV - anexo II - Estimativa da Receita Total com Detalhamento por Categoria Econômica;
- V - anexo III - Despesa por Função;
- VI - anexo IV - Despesa por Poderes e Órgãos;
- VII - anexo V - Projetos e Atividades do Orçamento Participativo;
- VIII - anexo VI - Estrutura Organizacional da Prefeitura de Jaciara;
- IX - anexo VII - Anexo de Metas Fiscais.
- X - orçamento Fiscal;
- XI - orçamento da Seguridade Social;

Artigo 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social serão elaborados em consonância com a Lei 4320/64 e suas alterações.

Artigo 7º - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 14/04/1.999, do Ministério de Orçamento e Gestão, Portaria nº 163, de 04/05/01 da STN.

Artigo 8º - A proposta orçamentária, não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nos termos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal e atenderá a um sistema de planejamento permanente e à participação comunitária, e compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades das Administrações diretas e indiretas, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - o Orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá o disposto na Constituição Estadual e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Parágrafo Único - O orçamento anual do Fundo de Previdência constará da proposta orçamentária do Município, devendo ser, após apreciação do Poder Legislativo, ser aprovado por decreto do Poder Executivo Municipal, nos termos do Art. 107, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 9º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

- I - mensagem;



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Jaciara

II - texto da lei;

III - tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1º - Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

II - sumário geral da receita e da despesa, por categoria econômica;

III - sumário da receita por fontes e respectiva legislação.

IV - quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

§ 2º - Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no § 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1.996, e da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1.996;

II - programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º, da Constituição Federal, na forma da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2.000;

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Artigo 10 - No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2.006, as receitas e as despesas serão orçadas nos mesmos valores, a preços vigentes em junho de 2.005.

§ 1º - O Poder Executivo poderá propor a inclusão, na Lei Orçamentária, dispositivo que estabeleça critérios e forma para atualização dos valores orçados.

§ 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento), do total da receita estimada, utilizando como recursos os definidos no Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Jaciara

Artigo 11 - As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso.

§ 1º - Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

- I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - atualização da planta genérica de valores;
- III - a expansão do número de contribuintes;

§ 2º - As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso.

§ 4º - Para efeito desta Lei, são consideradas as despesas de caráter irrelevantes, aquelas que não ultrapassem o valor máximo de 1,0% (um por cento), da Receita Própria do Município.

Artigo 12 - A lei orçamentária estabelecerá, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

- I - prioridade de investimentos para as áreas sociais;
- II - equilíbrio na gestão dos recursos públicos.
- III - modernização da ação governamental

Artigo 13 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de julho, na forma da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2.000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Artigo 14 - Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

§ 1º - Se verificado, ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento de Metas de Resultado Primário ou Nominal estabelecidas nos anexo de Metas Fiscais, os poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, e a despesa será programada de acordo com as seguintes prioridades:

- I - custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais;



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Jaciara

II - pagamento de amortização e encargos da dívida;

III - contrapartida das operações de crédito.

§ 2º - Somente após atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

§ 3º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar - se - á de forma proporcional às reduções efetivadas, conforme Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 15 - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único - O Município poderá contribuir para o custeio das despesas de competência de outros entes da Federação: Estado e União, mediante celebração de convênios, acordo ou congênere.

Artigo 16 - O Município aplicará, no mínimo, os percentuais constitucionais na manutenção e no desenvolvimento da educação, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 109, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Artigo 17 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Artigo 18 - A reserva de contingência será destinada ao atendimento:

I - de passivos contingentes;

II - de eventos fiscais imprevistos;

III - o montante da reserva de contingência será de no mínimo 1,0% (um por cento), e no máximo 2,0% (dois por cento), da receita corrente líquida.

Parágrafo Único - A forma de utilização da reserva de contingência será estabelecida, através de Decreto Executivo, na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

Artigo 19 - Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2.000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativo ao mês de junho de 2.005;



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Jaciara

II- serão incluídas dotações específicas para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, provas e Concurso para admissão de pessoal, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso;

III - serão alocadas dotações específicas para atender as despesas decorrentes da criação de cargos, em atendimento ao disposto no Inciso II, do Parágrafo Único, do Artigo 167, da Constituição Estadual, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

IV - serão previstos recursos para revisão geral do salário dos servidores municipais, conforme previsto no inciso X, art. 37 da CF., objetivando a recuperação do poder econômico dos servidores Municipais.

V - se a despesa total com pessoal atingir 95% (noventa e cinco por cento), do limite permitido no artigo 20 da LRF, não poderá ser contratado hora extra.

VI - ocorrendo o excesso acima estabelecido, o mesmo será ajustado nos dois bimestres subseqüentes.

§ 1º - As situações em que poderá ocorrer contratação de horas extras são as seguintes:

I - interesse Público relevante Municipal;

II - urgência no atendimento dos serviços;

III - na ocorrência de mudanças drásticas na condução da política monetária e cambial do País.

§ 2º - Os recursos liberados pelo Poder executivo, para despesas com viagens e alimentação poderão ser a título de diárias e/ou adiantamento conforme disposição nas Lei nº 730/99 e 929/2.003 .

CAPITULO VI

DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PUBLICO

Artigo 20 - A receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público não poderá ser aplicada para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Artigo 21 - A manutenção das atividades, a conservação e recuperação do patrimônio público, bem como os projetos em andamento terão prioridades sobre a execução de novos projetos/obras.

Artigo 22 - As desapropriações de imóveis urbanos, somente poderão ser feitas com prévia e justa indenização em dinheiro ou prévio depósito judicial do valor da indenização.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Jaciara

CAPÍTULO VII **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 23 - Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2.006, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, as abrangências necessárias à obtenção das metas fiscais.

§ 1º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do semestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Artigo 52, da Lei Complementar nº 101/2.000, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico e a realização de audiências públicas.

§ 3º - Os casos previstos de Renúncia de Receita, constantes em Lei Municipal, serão demonstrados nos Anexos de Metas Fiscais.

Artigo 24 - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Artigo 25 - O Poder Executivo fará transferências à Entidades Sociais sem fins lucrativos, conforme o estabelecido em Termos de Convênio ou Similar a serem firmados com as respectivas Entidades.

Artigo 26 - O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2006, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

Artigo 27 - Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2.005, o autógrafa da Lei Orçamentária para o exercício de 2.006 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do projeto de lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte à sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I - no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II - 1/12 (um doze avos), das dotações relativas às demais despesas.

Artigo 28 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Jaciara

Artigo 29 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM, 21 DE DEZEMBRO DE 2.005.

MAX JOEL RUSSI
Prefeito Municipal

DESPACHO: Sanciono a presente Lei com as emendas.

MAX JOEL RUSSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada de acordo com a Legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

LEOPOLDO RODRIGUES DE MENDONÇA
Secretário Municipal de Fazenda Gestão e Controle